



DESAFIOS PARA A MUDANÇA: ACTORES, PRÁTICAS E PROCESSOS SOCIAIS¹

Ana Nunes de Almeida²

É com muita honra e gosto que, em nome da Direcção da APS, tomo a palavra para declarar aberto o III Congresso Português de Sociologia.

Agradeço e agradecemos, reconhecidamente, a presença de todos. Aos governantes do poder central ou autárquico e a outras autoridades públicas que, estando aqui connosco, mostram mais uma vez o respeito que merecem as práticas profissionais dos sociólogos junto dos mais elevados órgãos de decisão política, hoje, em Portugal. Aos patrocinadores financeiros do Congresso, por terem acreditado na importância deste encontro; gostaria de realçar, muito particularmente, o papel da Fundação Calouste Gulbenkian, nossa parceira fiel de sempre, pela cedência deste incomparável espaço acolhedor, funcional, amplo e luminoso; e, também, o da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: desde a primeira hora, há muitos meses atrás, pudemos contar com o seu vivo interesse e a sua disponibilidade. Lembro ainda, seguindo agora uma estrita ordem alfabética, o Banco Português do Atlântico, a Caixa Geral dos Depósitos, a Câmara Municipal de Lisboa, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Fundação Universidade de Lisboa, a Generali-Assicurazioni e o Grupo de Teatro “A Comuna”. Permitam-me também uma referência ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; partilhando com a APS um espaço exíguo, naquela Ala Sul do edifício ISCTE, o ICS tem sido, ao longo dos anos e nestas horas de ponta, discreta, mas regularmente, entre outras coisas, o nosso patrocinador de telecomunicações...

Honra-nos, também, a presença de colegas de outras associações científicas e profissionais, académicas, nacionais ou estrangeiras. E não podemos deixar de agradecer a todas e a todos os colegas que participam neste encontro e que, com o seu número, diversidade e (estou certa) qualidade o tornarão um acontecimento.

Uma última palavra, neste preâmbulo de *obrigados*, para o Conselho de Programa que, com sabedoria, participou empenhadamente no planeamento do Colóquio, mas sobretudo para a Comissão Organizadora e o Secretariado. Graças ao espírito de equipa que se instalou entre todos os seus membros, conseguiu fazer-se da organização de um Colóquio desta envergadura, necessariamente muito absorvente e desgastante, uma tarefa verdadeiramente gratificante.

A Direcção da Associação Portuguesa de Sociologia propõe-nos, para este Congresso de fim de século, o tema da *mudança: práticas e processos da mudança social*.

O desafio, a ideia era que privilegiássemos ao longo destes três dias, na reflexão e no debate entre uns e outros, um campo específico da realidade: o das práticas de diferentes actores, *actores activos*, práticas criadoras de dinâmicas de transformação no domínio das estruturas sociais.

Do ponto de vista da sociologia, questionar a mudança, isto é, introduzir o problema da mudança no olhar teórico sobre a sociedade e, a partir dele, encetar caminhos metodológicos de abordagem da realidade...

- impõe, desde logo, a precaução metódica de desconstruir uma ideia feita de mudança como realidade de sentido único, como palavra escrita com letra grande ou mesmo no singular;
- sugere darmos, depois, um particular realce às dimensões da acção humana, gestos e palavras, no desenhar do tecido social, na composição e no movimento da sua textura e, com eles, na representação do seu texto;
- encaminha-nos, também, para a procura, a descoberta e a caracterização dos protagonistas (mulheres e homens, gerações, grupos, classes, instituições), dos fazedores dos novos pontos, laços e nós com que esse tecido se vai tecendo e dos modos como ele se representa;
- sugere, ainda, o estudo dos lugares, das estratégias e dos processos através dos quais novas acções e novos protagonistas emergem, se debatem, constituem, organizam e vão conquistando visibilidade no campo social;
- e convida, por último, a uma atenção cuidada às tensões, aos movimentos e tempos, aos ritmos e instantes de ruptura, de viragem e de inflexão, que pautam a emergência do novo sobre a ordem instalada.

Podia multiplicar *exemplos de aplicação* relevante desta procura, tanto mais estimulantes quanto a impressão que se colhe, no senso comum, é justamente a de que, nos dias de hoje, muitas coisas mudam, mudam muito e muito depressa. Refiro apenas algumas ilustrações, de resto retiradas das temáticas consagradas nos grupos de trabalho em que se arranjam as comunicações a este Congresso:

- as vertiginosas inovações tecnológicas dos anos recentes ocorridas, por exemplo, no campo da comunicação, da produção de informação, nas relações de trabalho ou, ainda, no campo da reprodução biológica;
- o colapso da lógica e da realidade do Estado-providência a abrirem, no quotidiano dos comportamentos e das expectativas das gerações activas, brechas de precarização na sua relação com o trabalho e com o poder e que vêm por à prova, ao mesmo tempo, relações informais de solidariedade entre jovens e idosos;
- os novos desafios da participação política e da plena cidadania, num contexto de crepúsculo de clássicas ideologias, em regimes políticos estabilizados onde as formas tradicionais da democracia

- representativa parecem ter-se perigosamente distanciado dos problemas concretos do cidadão-comum;
- os paradoxos intoleráveis das novas formas de pobreza, da exclusão social e cultural que não podem deixar de trazer instabilidade e interrogações aos projectos e à construção de projectos de sociedades solidárias e coesas;
 - a emergência de fundamentalismos, sejam eles de religião ou de raça, a contaminar e enviesar olhares sobre os outros iguais, diferentes de nós;
 - no campo privado, a valorização dos afectos ou a reconstrução das identidades de género fora das categorias de sexo parecem desafiar não só o primado e a estabilidade dos interesses do grupo (sobre os do indivíduo), como ainda a natural ordem biológica das coisas;
 - no que toca os universos domésticos, a diversificação dos modos de entrada na conjugalidade, a precarização dos projectos de vida a dois, as novas experiências da monoparentalidade e da recomposição de famílias, desfazem definitivamente a ideia de um modelo único de normalidade familiar.

Ora a *sociologia*, com o arsenal de instrumentos teóricos e metodológicos que põe ao nosso dispor, e com a atitude crítica que nos ensinou a manter face à nossa própria produção científica, pode justamente dar um contributo, parcial, mas decisivo, ao debate social e político sobre a mudança. Contribuindo para revelar e caracterizar protagonistas, acções, dimensões, lugares, estratégias e processos que nessa mudança se implicam -- ora visíveis e evidentes nos discursos, mais ou menos elaborados, do saber corrente e nas preocupações das instâncias de decisão, ora, e este é um aspecto mais ambicioso do projecto mas a que as nossas competências nos devem conduzir, aqueles que, nesses mesmos domínios, permanecem ocultos, invisíveis ou silenciosos. É que se a sociologia pode (e deve), a jusante, dar resposta a procuras e problemas sociais pode também, a montante, contribuir positivamente para a construção e redefinição da própria procura.

Constituímos a mudança em problema sociológico implica também, não o podemos perder de vista, notar e revelar, no tecido social, sinais, linhas, áreas de conservação, continuidade, cristalização e permanência; lugares, actores e processos que se lhe opõem, lhe resistem ou a ocultam. E, sobretudo, lançamos o desafio de a procurar explicar e compreender. É que a mudança não se constrói sobre um terreno vazio ou neutro — mas antes sobre um campo de estruturas, materiais e simbólicas, lentamente sedimentadas, a marcarem um espaço social onde os actores não ocupam lugares ao acaso nem se deslocam segundo a sua livre vontade; e onde, pelas biografias e histórias desiguais que transportam consigo do passado, esses actores desenham trajectórias e percursos socialmente enraizados e, por isso, relativamente previsíveis. Neste sentido, e tendo consciência de que provooco um pouco, penso que não muda só quem quer — muda, sobretudo, quem pode.

Por outro lado, teremos muito a ganhar neste esforço se, não perdendo o nosso Norte, conseguirmos sair das fronteiras da sociologia, definidas *strictu sensu* e se procurarmos um diálogo construtivo com os patrimónios disciplinares de outras ciências sociais e humanas. Uma vez adquirida uma

sólida e consistente formação nos olhares e problemas, nos instrumentos teóricos e metodológicos, nas linguagens peculiares que constituem a especificidade do *habitus sociologicus*, creio que nos devíamos empenhar, convictamente, na interdisciplinaridade como aposta para os processos e as práticas de estudo ou de pesquisa. Sabemos que não há conhecimentos totais, definitivos nem absolutos sobre a realidade; ora, através do cruzamento de olhares diversos sobre o mesmo objecto, de uma exigência acrescida de fundamentação de conceitos, de afinamentos progressivos de instrumentos de pesquisa, justamente encorajados pelo difícil trabalho interdisciplinar, estaremos a contribuir para enriquecer a nossa capacidade de entender a complexidade da realidade, da mudança, em estudo.

Como comunidade de sociólogos, diversificadamente inseridos em distintos campos profissionais, temos, por isso, no que toca à questão da mudança social, uma palavra qualificada a dizer — entre nós (e estes três dias são uma excelente oportunidade para pormos a conversa em dia...) mas também uma palavra a dizer para fora.

A *Associação Portuguesa de Sociologia* é, hoje, com os seus mais de 900 sócios, uma grande associação de profissionais. Consultando informações oficiais do Outono passado descobrimos que, entre os 31 membros institucionais da *International Sociological Association* que contabilizaram os seus sócios, somos a 5ª maior associação do mundo. Ultrapassam-nos apenas os Estados Unidos, o Japão, a Finlândia, o Canadá e, curiosamente, a Polónia. Devo confessar, em nome da Direcção que, por uma vez, as estatísticas internacionais nos encheram de orgulho...

A par da constatação da grandeza, para já em termos quantitativos, é interessante reconhecer que o crescimento da APS desde a sua fundação, em 1985, tem sido vertiginoso. Os sócios quase duplicaram nos últimos 4 anos e notam-se, no que respeita a sua composição, mais ou menos evidentes sinais de mudança — mudança também aqui.

No que parece ser uma ilustração pontual de um processo mais amplo que se insinua com uma particular evidência, por exemplo na instituição escolar (em todos os seus escalões), acentuou-se na APS o desequilíbrio entre os dois sexos; actualmente, em cada 100 sócios, 63 são mulheres e 37 são homens. A crescente feminização faz-se acompanhar de um claro rejuvenescimento de efectivos (aqui a lógica é sem dúvida destoante da sociedade global); com efeito, o aumento mais significativo de sócios, entre 1992 e 1996, regista-se precisamente no grupo etário até aos 29 anos, enquanto a quebra maior ocorre nas franjas acima dos 40. A discriminação dos locais de residência revela, por outro lado, o destaque da Área Metropolitana de Lisboa, com uma posição ímpar, seguida à distância pelo Porto — em sentido lato, regista-se o predomínio de todo o litoral urbanizado sobre o resto do País. Não podemos minimizar, contudo, a importância qualitativa do crescimento “associativo”, nos últimos anos, em pólos como o de Coimbra, Braga e Leiria ou, mais para o interior, Guarda, Bragança, Viseu e Vila Real.

Quanto às ocupações profissionais que exercemos, continuam a destacar-se as categorias englobando docentes e investigadores do ensino superior (público, mas também, o que representa outro sinal de mudança, do ensino privado), e os quadros e especialistas da administração pública. Gostaria de registar, com agrado, uma certa ampliação e diversificação, em termos

relativos e entre os anos de 1992 e 1996, das presenças de sociólogos fora do universo académico e do ramo do ensino, em geral: Não em direcção ao sector privado (que continua a manter um peso bem discreto entre os diversos campos profissionais) mas na da administração pública central, regional e autárquica.

Este processo de *crescimento associativo* interno e de *diversificação profissional* externa não pode deixar de constituir sinais encorajadores para o futuro da APS. Não para a Associação se acomodar pacatamente à avalanche de pessoas que reuniu à sua volta. Sob pena de se tornar uma associação de tamanho gigantesco, mas vazia de protagonismo, projectos ou iniciativas, entendo que o grande desafio, para os próximos anos, é o da criação e revitalização de *estruturas intermédias de participação e intervenção*. Se somos capazes de nos mobilizar para realizar, com sucesso e entusiasmo, estes espaçados e grandes rituais de encontro e de debate que são os Congressos, temos de apostar determinantemente na organização e dinamização do nosso dia a dia, científico e profissional, de Associação. Retomando, aliás, experiências que vêm de trás, defenderia que precisamos de dar corpo e alma a uma nova vida interna da APS — através da convocação de esforços e projectos de secções temáticas ou de núcleos regionais, estimulando a constituição de redes e de equipas de interesses comuns, definindo e lançando uma estratégia coerente e ambiciosa de informação e de publicação, encorajando a organização regular de sessões/encontros/debates de formação ou de divulgação.

Em Portugal, e num novíssimo contexto político de abertura à ciência, aos cientistas e às ciências sociais perdemos, se não soubermos gerir este crescimento, a oportunidade histórica de uma participação partilhada, qualificada e empenhada na construção de um outro processo de mudança.

Só assim, também, poderemos reforçar, fortalecer e enriquecer a nossa presença como parceiro nas organizações associativas internacionais — sejam elas a Associação Internacional de Sociologia, a mais jovem Associação Europeia de Sociologia (a que a APS pertence desde o ano passado) ou as que se avizinham no horizonte do promissor espaço luso-afro-brasileiro. Desta participação podem resultar benefícios importantes para o esforço, que nos deve empenhar seriamente também, de internacionalização da sociologia portuguesa. Não quero de maneira nenhuma com isto sugerir que ela esteja demasiado centrada sobre si própria. Ao contrário do que frequentemente sucede com colegas dos países do centro, aprendemos a pensar e a praticar ciências sociais, em Portugal, numa pluralidade de referências linguísticas, culturais, teóricas e empíricas. Por outro lado, embora com uma cobertura institucional, mas a título sobretudo individual, muitos de nós são membros activos de redes, grupos, comités envolvendo colegas e projectos de diferentes países. A nossa curiosidade, abertura e permeabilidade intelectuais face à produção do exterior são, sem dúvida, uma das preciosas virtudes a preservar.

A questão a que me referia é, ao invés, a de conseguirmos passar regularmente para fora, enquanto colectivo, o que de bom se faz cá dentro. Continuar a insistir em quebrar o isolamento, em vencer a barreira da língua é contribuir para dar, desde logo, uma justa visibilidade à nossa produção no campo científico internacional e, com ela, enriquecer os saberes estabelecidos. Mas contribuir, também, para informar, revelar uma realidade que, tal como

sucedem com a de outros países da periferia, e na perspectiva das teorias estabelecidas, não raro continua a ser suposta e deduzida, mais do que metódica ou seriamente construída. Ganhamos nós, ganham os outros, ganham as ciências sociais e ganha, também, Portugal.

Espero, assim, que o vosso e nosso entusiasmo e vontade pública de participação profissional e científica não se esgotem nos três dias do Congresso. Todos precisamos que ela transborde deste espaço e contagie o nosso dia a dia associativo. Posso garantir-vos que este é o desafio que mobilizará, a partir de 2^a feira, a Direcção da APS.

¹ Com ligeiríssimas alterações, este texto reproduz quase integralmente a minha intervenção na Sessão de Abertura do III Congresso Português de Sociologia, realizado entre os dias 7 e 9 de Fevereiro de 1996, na Fundação Gulbenkian. Conserva, como notarão, a marca de oralidade que está na sua origem: Dando-lhe agora um uso diferente não quis, porém, modificá-lo naquela sua característica. Afinal, e tal como o seu conteúdo, esse tom coloquial faz também parte da sua história.

² Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Sociologia